



Veredas Temática:

Autoetnografia em Estudos da Linguagem e áreas interdisciplinares

Volume 22 nº 1 - 2018

Estudos da linguagem em permanente estado etnográfico: notas sobre a observação participante de uma pesquisadora/nativa que “quer se meter”

Talita de Oliveira (CEFET/RJ)

RESUMO: O presente trabalho objetiva abordar aspectos relativos à etnografia (GEERTZ, 1989) e à observação participante (DUARTE; GOMES, 2008; VELHO, 2008 [1981]; WHYTE, 2005 [1943]) como modos significativos de se produzir conhecimento sobre a vida social no campo dos Estudos da Linguagem. Com base no estudo empreendido por mim em minha pesquisa de doutorado (OLIVEIRA, 2012), aponto as vantagens e limites da etnografia realizada, considerando o fato de ser eu pesquisadora e nativa do contexto estudado. No trânsito entre a familiaridade e o estranhamento, percebo-me em permanente estado etnográfico e, na condição de pesquisadora-nativa, vivencio, também, um processo de auto-descoberta e de autoetnografia.

Palavras-chave: interpretativismo; observação participante; pesquisador-nativo; autoetnografia.

Introdução

“Eu amo muito essa escola, eu não vou aguentar, eu vou me meter”.
(Márcia, nome fictício)

A epígrafe que inicia o presente artigo é uma fala emprestada de Márcia (nome fictício), aluna da UnED¹ de Nova Iguaçu do CEFET/RJ² na ocasião em que desenvolvi minha pesquisa de doutorado na área de Estudos da Linguagem, pela PUC-Rio³ (OLIVEIRA, 2012). Era uma segunda-feira, dia 29 de junho de 2009, quando realizei uma entrevista com os integrantes do Grêmio Estudantil da unidade de ensino em questão. Ali, encontravam-se dez alunos que haviam acabado de assumir a gestão do Grêmio. Nenhum deles possuía qualquer experiência prévia com o movimento estudantil e isso não parecia amedrontá-los. Durante a entrevista, perguntei aos alunos que motivos os levaram a montar uma chapa candidata ao Grêmio, ao que Márcia, principal liderança do grupo, respondeu com a frase constante na epígrafe deste trabalho. Três elementos podem ser evidenciados na fala de Márcia: uma constatação, uma inquietação e uma decisão. Ao afirmar que ama a escola, Márcia sinaliza o entrelaçamento entre sua identidade pessoal e a da instituição. O não aguentar consolida uma resistência ao imobilismo e uma necessidade de ação nesse mundo social (nos termos simmelianos⁴) que lhe é tão caro. Querer meter-se é reconhecer que a transformação depende de um comprometimento de ordem política. É dentro dessa perspectiva que gostaria de situar o presente trabalho.

Em 2012, defendi a tese de doutorado intitulada “Educação e ascensão social: performances narrativas de alunos da rede pública federal na Baixada Fluminense”, sob a orientação da professora Liliana Cabral Bastos. O estudo buscava investigar como, por meio de padrões narrativos de se organizar a experiência social, alunos dessa escola da rede pública federal de ensino, localizada na Baixada Fluminense, constroem valores e imagens de si associados a um *ethos* (GEERTZ, 1989) que entende a educação formal como caminho para a ascensão social. O percurso analítico da pesquisa procurou aliar a observação e a descrição sistemática da vida social ao olhar atento para a materialidade discursiva tecida via modos narrativos. Nesse sentido, as ferramentas teórico-metodológicas advindas da tradição interpretativista de pesquisa nas Ciências Sociais são-nos bastante caras no que tange ao fornecimento de uma melhor compreensão sobre a complexidade das interações e sobre a “forma como os atores sociais se definem uns aos outros e a seus ambientes” (BECKER, 2008 [1963], p. 204).

O desenvolvimento do estudo levou-me a refletir sobre o delicado papel de ser, ao mesmo tempo, pesquisadora e nativa do contexto investigado. Na ocasião, eu era professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira da UnED de Nova Iguaçu do CEFET/RJ e, além disso, sou natural da Baixada Fluminense, o que, de algum modo, me aproximava bastante dos alunos participantes da pesquisa. O que significaria, assim, realizar um *trabalho de campo* em meu próprio *campo de trabalho*? Que interesse haveria em querer investigar a própria instituição educacional onde eu atuava como professora? Como e por que estudar, com

¹ Unidade de Ensino Descentralizada.

² Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro.

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

⁴ Georg Simmel (2005 [1903]) compreende mundo social a partir da noção de intersubjetividade, da díade sujeito-sociedade, da dimensão intersubjetiva das relações sociais. Para o autor, o sujeito torna-se mais cômico de sua individualidade quanto mais ele transita por diferentes círculos sociais. Quanto mais exposto à diversidade, mais matrizes ideológicas poderão compor a singularidade do indivíduo. Em outras palavras, não há indivíduo sem o social, e vice-versa.

pretensões científico-acadêmicas, um mundo que me é tão familiar? Seria este, no final das contas, um trabalho de pesquisa sobre mim mesma? Que tipos de distanciamento ou cuidados ser-me-iam necessários? A declaração de Márcia tende a nos fornecer algumas pistas: fazer pesquisa no meu próprio ambiente profissional é, de alguma forma, *querer me meter*.

O presente trabalho objetiva abordar aspectos relativos à etnografia (GEERTZ, 1989) e à observação participante (DUARTE; GOMES, 2008; VELHO, 2008 [1981]; WHYTE, 2005 [1943]) como modos significativos de se produzir conhecimento sobre a vida social. Será dado destaque ao modo particular por meio do qual foram gerados os dados de minha pesquisa de doutorado, circunscrita como um entrelaçamento de enredos (Oliveira, 2012). Uma vez que sou uma nativa que passou a estudar, com pretensões acadêmicas, um contexto já bastante familiar a mim, procurarei apontar as principais vantagens e limitações da etnografia por mim empreendida. No trânsito entre a familiaridade e o estranhamento, percebo-me em um permanente estado etnográfico (DUARTE; GOMES, 2008) dentro da instituição e entendo que, como pesquisadora/nativa, vivencio, também, um processo de auto-descoberta. A pesquisa sobre o outro resulta na pesquisa de mim mesma, conectando, assim, a experiência pessoal com a cultural. Nesse sentido, é igualmente pertinente uma discussão em torno do caráter autoetnográfico (REED-DANAHAY, 1997; VERSIANI, 2002; MARAK, 2015) da presente investigação.

1. Investigando a vida social: a pesquisa interpretativista e a descrição etnográfica

Considerando-se que o estudo desenvolvido afilia-se a uma vertente de pesquisa que enfatiza a importância de se olhar atentamente para o uso da linguagem para uma melhor compreensão das interações e práticas sociais, faz-se necessária a adoção de um paradigma de investigação que, de alguma forma, conjugue com tais interesses. Nesse sentido, creio ser importante uma observação direta, cuidadosa e prolongada do universo em investigação, com o intuito de compreender melhor a dimensão simbólica das situações sociais, perceber o estabelecimento de padrões de interação e comportamento e ter um íntimo conhecimento sobre a vida local. Métodos de pesquisa advindos das Ciências Sociais (em especial, a Antropologia) para a geração e análise de dados podem ser particularmente interessantes. Assim, o estudo buscou articular um diálogo entre a pesquisa narrativa e a tradição epistemológica interpretativista, o que se justifica, especialmente, devido a duas noções cruciais nesse tipo de orientação investigativa: a) a ideia de que o saber científico é uma produção, não uma verdade universal; b) a concepção de que o pesquisador está intimamente comprometido com o ato da pesquisa e o saber que produz.

Em primeiro lugar, ao assumir que o conhecimento científico é relativo e não-factual, a pesquisa interpretativista afasta-se de uma forte perspectiva positivista de investigação (típica da tradição de pesquisa nas Ciências Naturais, e não rara nos Estudos da Linguagem) e alinha-se a uma visão de que o produto da pesquisa é sempre parcial, incompleto e provisório. Trata-se de uma abordagem que altera, sensivelmente, as tradicionais visões acerca do estatuto da(s) verdade(s) científica(s) e que desloca o foco de interesse para o fazer investigativo, para a produção de conhecimento propriamente dita. Ao invés de buscar um conhecimento científico dito objetivo, universal e generalizável, validado e demonstrado por um viés correspondentista de causa e efeito, a pesquisa interpretativista focaliza, segundo Moita Lopes (1994, p.332), “aspectos processuais do mundo social em vez do foco em um produto padronizado”.

Renunciar a uma verdade dita “universal” não implica, entretanto, “a falência do rigor científico” (VELHO 2008 [1981], p.130), tampouco a defesa de uma espécie de “vale-tudo”

epistemológico. É nesse sentido que um segundo aspecto da pesquisa interpretativista assume relevância: a forte imbricação entre as escolhas epistemológicas do pesquisador e as implicações éticas dessas escolhas. O rigor metodológico advém dos percursos trilhados pelo pesquisador e da reflexividade e auto-consciência acerca de seu papel nesse processo. É fundamental que o pesquisador perceba-se como um autor intimamente comprometido com o ato da pesquisa e o saber que produz, logo todo trabalho investigativo é permeado pela sua subjetividade e seus posicionamentos de ordem política. Destrona-se, assim, o mito da imparcialidade e da neutralidade científicas e passa-se a conceber a produção de conhecimento sobre a sociedade “enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (VELHO, 2008 [1981]), p.130). Reconhece-se, desta forma, a indissolubilidade entre pesquisa, subjetividade(s) e ética. Nas palavras de Duarte e Gomes (2008, p.22),

“A plena assunção da renúncia à ambição de acesso a uma verdade absoluta sobre o mundo observado não significa, no entanto, a renúncia à ambição de melhor compreensão da ordem dos fenômenos registrados e de sua experiência nativa. Nessa linha instável constroem-se e se justificam a inscrição, a interpretação, a modelização e a narrativa antropológica”.

Ou, ainda, conforme aponta Becker (2008 [1963], p.200),

“Nosso trabalho trata continuamente de questões éticas; é moldado e dirigido, de forma permanente, por nossas preocupações éticas. Não queremos que nossos valores atrapalhem nossa apreciação da validade de nossas proposições sobre a vida social, mas não podemos evitar que influenciem nossa escolha de objetos e hipóteses, ou a utilização de nossos resultados. Essa influência tampouco deveria nos incomodar. Ao mesmo tempo, é impossível evitar que nossos juízos éticos sejam influenciados pelo crescente conhecimento com o qual nos confronta nosso trabalho científico. Ciência e ética se interpenetram”.

Dentre os diversos tipos de pesquisa interpretativista, destaco a relevância da pesquisa etnográfica (VELHO, 2008 [1981]; WINKIN, 1998) por ela fornecer subsídios para uma melhor compreensão acerca da complexidade das interações sociais. Winkin (1998) define a etnografia como uma arte que requer três competências do pesquisador: saber ver, saber estar com (com os outros e consigo mesmo) e saber escrever. O esforço intelectual do pesquisador envolve um estranhamento daquilo que é lhe familiar (VELHO, 2008 [1981]), um pensar *com* os participantes do estudo etnográfico e uma descrição da vida social que, necessariamente, será filtrada pelos múltiplos olhares ali presentes. É nesse sentido que Moita Lopes (1996) define, como foco da pesquisa de base etnográfica, a “percepção que os participantes têm da interação linguística e do contexto social em que estão envolvidos, através da utilização de instrumentos tais como notas de campo, diários, entrevistas etc” (MOITA LOPES, 1996, p.22). Sendo assim, essa modalidade de pesquisa procura analisar uma dada questão da vida social sob a perspectiva dos participantes envolvidos no processo, ou seja, à luz das diversas subjetividades e interpretações ali presentes. Nas palavras de Lüdke e André (1986, p.12), “ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo”.

Com o intuito de compreender melhor a dimensão simbólica das situações sociais e perceber o estabelecimento de padrões de interação e comportamento de um dado grupo, a pesquisa etnográfica ancora-se em um intenso e delicado trabalho de campo que, posteriormente, é transformado em texto antropológico. Com base em métodos qualitativos de

pesquisa, como “a observação participante, a entrevista aberta, o contato direto, pessoal, com o universo investigado” (VELHO, 2008 [1981], p.123), considera-se fundamental a observação direta e de longa duração (WHYTE, 2005 [1943]) para que se tenha um íntimo conhecimento sobre a vida local. Destaco, nesse sentido, a obra de Clifford Geertz (1989) e suas contribuições para o desenvolvimento dessa modalidade de pesquisa. As diretrizes do Interpretativismo são traçadas pelo autor em *A interpretação das culturas*, obra na qual são apresentados dois elementos centrais na pesquisa sobre a vida social: a) a elaboração de um conceito semiótico de cultura; e b) uma definição de etnografia como texto narrativizado, ou seja, como relato.

Geertz (1989) define cultura como uma teia pública e complexa de significados inescapável aos seres humanos. Quando o antropólogo engaja-se no estudo de uma dada cultura, deve fazê-lo de forma a, primeiramente, apreender essa complexa rede de significados para, em seguida, criar inteligibilidade sobre ela em forma de texto de pesquisa. Assim, Geertz propõe dois movimentos importantes no estudo da cultura: a) o pesquisador deve atentar para o fluxo do comportamento social. Nesse sentido, a orientação investigativa de Geertz assemelha-se em muito à perspectiva interacionista de Becker (2008 [1963], p.193), para o qual se faz necessário “um exame mais atento de pessoas agindo juntas” na vida em sociedade; b) a construção teórica deve privilegiar descrições minuciosas, cujo objetivo é “tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas” (GEERTZ, 1989, p.19-20).

A partir desses dois movimentos é que Geertz nomeia o que seria o papel desse empreendimento investigativo: para o autor, a etnografia é uma descrição densa. Por meio de uma espécie de inscrição detalhada (ou microscópica, para utilizar um termo geertziano) do contexto estudado, dos fluxos interacionais, do funcionamento das instituições e processos sociais etc., o etnógrafo procura construir uma interpretação acerca desses dados para, a partir de então, transformá-la em resultados de pesquisa. A perspectiva teórica de Geertz propõe ser possível desenvolver um conhecimento bastante extenso sobre contextos e assuntos que, em tese, seriam demasiadamente restritos e limitados. Nas palavras do autor, “fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas” (GEERTZ, 1989, p.17). Afilio-me a esta orientação metodológica por considerar que um olhar cuidadoso e minucioso para as ações sociais em sua delicadeza pode levar o pesquisador a grandes conclusões acerca do contexto (da cultura, como diz Geertz) pesquisado. Por esse motivo, na minha tese de doutorado, iniciei o capítulo de contexto e metodologia de pesquisa com uma descrição exaustivamente detalhada das três esferas contextuais em que o estudo se deu, a saber: a educação profissional no Brasil; a região sócio-geográfica da Baixada Fluminense; e o contexto escolar em que os dados de pesquisa foram gerados (OLIVEIRA, 2012). Por essa razão, também, é que, ao longo do texto da tese, notas etnográficas foram evocadas sempre que se julgou pertinente um diálogo mais explícito entre teoria, análise de dados e campo de pesquisa.

Outra dimensão fundamental na obra de Geertz diz respeito ao caráter narrativo (textual) atribuído ao fazer etnográfico. Nas palavras do autor, “trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’ – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento” (GEERTZ, 1989, p.11). Nesse sentido, a dimensão narrativa da etnografia sugere a noção de que o texto antropológico é, em si, uma interpretação, sujeita a reelaborações, ressignificações, reinterpretações, dentro de circunstâncias discursivas específicas. O conhecimento produzido na etnografia é, inevitavelmente, situado e sujeito a releituras e essa visão implicará mudanças no próprio fazer científico em Antropologia. Geertz entende que, no ato da pesquisa, não há

uma verdade a ser revelada, nem se buscam leis universalizantes. O autor defende uma epistemologia à procura do significado; assim, os textos antropológicos são considerados interpretações, em vez de verdades invariantes. A ciência passa a ser entendida como aquilo que os cientistas fazem, por isso é uma produção e não pode ser tida como neutra e isenta. Citando Velho (2008 [1981], p.129),

“Clifford Geertz ao enfatizar a natureza de *interpretação* do trabalho antropológico chama atenção de que o processo de conhecimento da vida social sempre implica um grau de subjetividade e que, portanto, tem um caráter aproximativo e não definitivo”.

Com base no conceito semiótico de cultura e na concepção de etnografia como relato (narrativa), Geertz (1989), então, atribui ao fazer antropológico quatro características centrais: a) a descrição etnográfica é interpretativa; b) ela interpreta o fluxo do discurso social; c) a interpretação daquilo que é “dito” é fixada em formas pesquisáveis; e d) a descrição apresenta natureza microscópica. A orientação interpretativista e etnográfica proposta por Geertz levamos a duas dimensões importantes para o estudo da vida social. Primeiramente, aponta-se para a forte imbricação entre as escolhas epistemológicas do pesquisador e as implicações políticas e éticas dessas escolhas (BECKER, 2008 [1963]; DUARTE; GOMES, 2008). Em segundo lugar, Geertz nos mostra que, por meio de descrição densa, microscópica da realidade social, é possível atingir um nível de generalidade científica sem que, para isso, recorra-se a abstrações exteriores à própria vida social.

As reflexões acima apontadas – no que tange ao papel do etnógrafo e do tipo de conhecimento produzido a partir da descrição etnográfica empreendida – perpassam também a discussão contemporânea em torno da noção de autoetnografia⁵ (REED-DANAHAY, 1997; VERSIANI, 2002; MARAK, 2015). Apesar do sentido polissêmico atribuído ao conceito, a autoetnografia dialoga com uma concepção pós-moderna de se fazer etnografia, rompendo com as convenções clássicas e realistas do fazer antropológico. Ancorada em um interesse contemporâneo da pesquisa social nas narrativas pessoais, nas histórias de vida e nas autobiografias (REED-DANAHAY, 1997), a autoetnografia busca superar dicotomias tradicionais tais como objetividade *vs.* subjetividade, indivíduo *vs.* coletivo, sujeito *vs.* objeto (VERSIANI, 2002). Do mesmo modo, a autoetnografia visibiliza novos modos de apresentação dos textos etnográficos, nos quais tanto a intersubjetividade entre etnógrafo e etnografados quanto as ocasiões em que os nativos tornam-se etnógrafos de sua própria cultura assumem centralidade na produção de novas epistemes.

Voltaremos à noção de autoetnografia no item a seguir, atrelando-a à discussão sobre o mais estimado (a meu ver) método de pesquisa nessa abordagem investigativa, a saber: a observação participante.

⁵ A literatura antropológica registra, também, o conceito de “etnobiografia” (GONÇALVES *et al.*, 2012) para destacar a relação entre indivíduo e cultura e a inseparabilidade entre discurso, linguagem e experiência no fazer etnográfico. Não é objetivo do presente artigo estabelecer uma discussão aprofundada acerca das eventuais aproximações ou diferenças entre os conceitos de etnobiografia e autoetnografia, porém cabe aqui o registro de como a pesquisa social contemporânea vem revisitando conceitos-chave de sua tradição investigativa e dando outro tratamento às histórias que os sujeitos etnográficos narram. Nas palavras de Gonçalves *et al.* (2012, p.10), “a etnobiografia implica uma dimensão metanarrativa da etnografia, em que o lugar da agência da própria narrativa etnográfica torna-se *objeto etnográfico*”. Agradeço a Mesalas Ferreira Santos pela recomendação da leitura do trabalho em questão.

2. Pesquisando o próprio campo de trabalho: etnografia de si e autoetnografia

A observação participante é, possivelmente, o elemento mais notório na pesquisa sobre a vida social em virtude de sua dimensão existencial. A tarefa consiste em observar um dado grupo “*em seu hábitat*” (BECKER, 2008 [1963], p.173) para conhecer seus membros a partir de uma perspectiva interna. Com isso, torna-se viável observar ações e comportamentos dos membros do grupo estudado e “ouvir os relatos que fazem sobre si mesmos” (WHYTE, 2005 [1943], p.73). Na chamada Antropologia clássica, parece ser óbvia a relevância da observação participante. A título de ilustração, caso um pesquisador de origem europeia decida fazer um estudo de uma sociedade tribal em uma ilha do Pacífico, será preciso que ele esteja *lá* a fim de melhor descrever seu objeto de pesquisa. Não são raros os casos de antropólogos que decidem “se tornar nativos” (por mais problemáticas que sejam as implicações nessa “metamorfose”), acreditando, com isso, poderem ter acesso a dados supostamente mais fidedignos ou válidos para seus estudos. Nas pesquisas sobre as sociedades complexas moderno-contemporâneas (VELHO, 1994), entretanto, a observação participante assume novos contornos, uma vez que o antropólogo realiza o estudo da sua própria sociedade. Faz-se necessário, assim, relativizar as noções tradicionais de visão interna vs. visão externa, familiaridade vs. estranhamento, entre outros dualismos recorrentes na pesquisa sobre a vida social. Se, por um lado, a familiaridade com o ambiente investigado pode comprometer o desenvolvimento do estudo, por outro pode constituir-se em elemento facilitador, dependendo das redes sociais estabelecidas na ocasião da entrada no campo (WHYTE, 2005 [1943]).

Na Antropologia das Sociedades Complexas, são inúmeros os autores que discutem as contradições, ganhos epistemológicos e limitações da observação participante. Velho (2008 [1981]), por exemplo, aponta que, caso o conhecimento do etnógrafo esteja influenciado por rotinas e estereótipos, o exame sistemático do ambiente estudado pode ser prejudicado. Por outro lado, “o estudo do *familiar* oferece vantagens em termos de possibilidades de rever e enriquecer os resultados das pesquisas” (VELHO, 2008 [1981], p.132). O autor chama atenção para o fato de, na sociedade brasileira, a produção acadêmica estar permanentemente sujeita a apreciações de ordem crítica por pessoas que, sendo cientistas sociais ou não, também refletem sobre o familiar. Sendo o pesquisador “um animal social” (WHYTE, 2005 [1943], p.283), seu papel deve ser relativizado de modo que consiga estranhar o familiar e reconhecer sua interpretação como mais uma entre tantas outras possíveis na sociedade. Toda essa perspectiva está em consonância com a abordagem interpretativista de pesquisa, cujos achados são sempre parciais, incompletos e provisórios, em vez de objetivos e universalistas. Nas palavras de Velho (2008 [1981], p.130),

“Esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros”.

É inegável que observar e vivenciar, durante um longo período de tempo, as rotinas interacionais e os *modus vivendi* de um determinado contexto social podem proporcionar ao pesquisador um conhecimento mais amplo acerca do seu objeto de estudo. No caso de um observador externo, que não está totalmente familiarizado com o contexto que almeja estudar, a necessidade de “estar em campo” adquire relevância ainda maior. Entretanto, essa vivência a partir de um ponto de vista “de dentro” pode não lhe garantir livre circulação a todos os

dados etnográficos que, em tese, estariam disponíveis. Isso não necessariamente acarretará perda da qualidade ou da importância do estudo, tampouco prejuízos às conclusões de pesquisa. O trabalho de Biar (2012) é um exemplo tácito das dificuldades que, por vezes, a imersão etnográfica impõe ao pesquisador. Em seu estudo sobre a construção do desvio nas narrativas de detentos de um complexo penitenciário na cidade do Rio de Janeiro, a autora relata as dificuldades experienciadas na gravação de entrevistas com seus informantes. As narrativas construídas por esses sujeitos de pesquisa eram moldadas a partir do conhecimento prévio de que, por determinação da direção da unidade prisional em que estavam alocados, todas as gravações seriam ouvidas por autoridades policiais antes de a pesquisadora deixar o campo de pesquisa. Tal situação não torna, entretanto, os dados de sua investigação menos “confiáveis”, ou menos “autênticos”.

Há casos de observação participante que assumem contornos bastante específicos (por vezes até polêmicos), como nas situações em que o nativo se faz pesquisador. Nesse caso, a imersão no contexto preexiste ao empreendimento investigativo propriamente dito. Em outras palavras, o ponto de vista “de dentro” é uma condição previamente garantida. Duarte e Gomes (2008) apontam, entretanto, que, nas pesquisas antropológicas, é comum que se atribuam sentidos não-prestigiosos a essa conversão do nativo em pesquisador de sua própria cultura, uma vez que a cientificidade do estudo poderia ser colocada em xeque. Em sua ambiciosa pesquisa sobre percursos transgeracionais em três famílias de classes populares (duas das quais eram as famílias dos próprios autores do estudo), os pesquisadores subvertem essa visão não-prestigiosa comumente associada à imagem do pesquisador-nativo e desconstruem as dúvidas (infundadas) acerca da legitimidade desse tipo de estudo. Para os autores, “mesmo aquilo que seria uma ‘familiaridade familiar’ passa por um processo de autoconsciência e de reflexividade” (DUARTE; GOMES, 2008, p.32). Assim, o fato de os autores estarem imersos em um contexto de pesquisa que já lhes era bastante conhecido não garante total conhecimento acerca desse ambiente. Nas palavras de Whyte (2005 [1943], p.361), “ninguém de fora pode realmente conhecer a totalidade de uma dada cultura, mas então precisamos perguntar se qualquer pessoa de dentro pode conhecer a totalidade de sua cultura”. Devido ao grau de familiaridade com o contexto de pesquisa, mais consciente deve estar o pesquisador a respeito do exame sistemático de seu ambiente, de suas escolhas metodológicas e éticas, além do papel político de seu trabalho.

Outros trabalhos de observação participante dessa mesma natureza são dignos de comentário. Entre esses estudos, merece destaque a obra de William Foote-Whyte (2005 [1943]), considerado por muitos como o consolidador do uso de métodos qualitativos nos estudos urbanos. Praticamente desconhecendo as leituras fundadoras do pensamento da chamada Escola de Chicago, Whyte decide morar em Cornerville, nome fictício da área urbana degradada que investigou, acreditando que somente o convívio direto com os moradores do bairro possibilitaria “o mais íntimo e detalhado conhecimento da vida local” (WHYTE, 2005 [1943], p.20). A imersão completa no cotidiano dos nativos evidenciou questões muito caras ao trabalho etnográfico. Primeiramente, o autor apresenta a noção de que a vida pessoal do pesquisador está intimamente vinculada à sua pesquisa. Nas palavras de Whyte (2005 [1943], p.283),

“...se [o pesquisador] viver por um longo período na comunidade que é seu objeto de estudo, sua vida pessoal estará inextricavelmente associada à sua pesquisa. Assim, uma explicação real de como a pesquisa foi feita necessariamente envolve um relato bastante pessoal do modo como o pesquisador viveu durante o tempo de realização do estudo.”

Outro aspecto notório em sua pesquisa diz respeito às expectativas que os nativos apresentavam em relação ao pesquisador e ao seu trabalho de investigação. Por mais que Whyte se esforçasse em “agir como um nativo”, mesmo tendo o pesquisador vivido longo tempo em Cornerville e reconhecido que sua vida havia sido afetada pelas normas sociais daquele contexto específico, os nativos continuavam enxergando-o como um diferente. Whyte refere-se à ilusão do pesquisador que, ao pretender igualar-se aos nativos (acreditando que isso conferirá maior precisão ao seu relato etnográfico), não espera que eles não o reconheçam como um igual. A partir dessa constatação, o autor reelabora criticamente a sua própria imersão em Cornerville e percebe que ser reconhecido como um diferente naquela comunidade não significa, necessariamente, ser um intruso, um invasor ou um espião das rotinas sociais ali construídas. “Aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse exatamente igual a elas; na realidade, estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente, bastava que tivesse um interesse amigável por elas” (WHYTE, 2005 [1943], p.304). Por tudo isso, o autor constata, ainda, que “nunca podemos apresentar um relato completo” (WHYTE, 2005 [1943], p.284), tampouco uma reflexão linear e acabada sobre a comunidade estudada. Durante o período de imersão no campo de pesquisa, certas ideias e reflexões sobre a estrutura social em investigação são construídas e vão, com o passar do tempo de permanência no campo, crescendo e assumindo novos contornos. Quando o pesquisador, já fora do campo, passa à análise sistemática dos dados gerados durante o período de imersão etnográfica, outras questões (não observadas anteriormente) ganham relevância, levando o pesquisador ao reexame de suas notas, gravações, categorizações etc. A cada nova interlocução com os dados gerados, crescem nossas ideias, emergem outras evidências, muda nossa maneira de refletir sobre o contexto social investigado.

Outro trabalho digno de nota, por focalizar a trajetória de um nativo no desenvolvimento de um estudo etnográfico, é o de O'Donnell (2008). A autora localiza na literatura e no jornalismo brasileiros um cronista movido por um *temperamento etnográfico*: João do Rio. Importante escritor carioca do início do século XX, João Paulo Barreto carrega no nome como ficou conhecido no meio literário uma espécie de simbiose entre o autor e sua cidade (em outras palavras, entre o etnógrafo e seu campo de pesquisa). O trabalho de O'Donnell (2008) apresenta João do Rio como um personagem que fez da cidade seu palco principal para a descrição minuciosa das redes de sociabilidade e das transformações na malha urbana carioca no início do século XX. Para a autora, as crônicas de João do Rio podem ser interpretadas como verdadeiros textos antropológicos, “um exemplo legítimo de *descrição* densa” (O'DONNELL, 2008, p.15). João do Rio “transita como nativo, mas também como crítico” (O'DONNELL, 2008, p.34) da metrópole que o modelava e que era por ele moldada. Duas conclusões podem ser tiradas a partir do trabalho da autora. Em primeiro lugar, uma vez que os fenômenos sociais urbanos são registrados e analisados a partir da experiência nativa, ou seja, com base em critérios êmicos, o trabalho aponta para a necessidade de os etnógrafos atentarem para suas próprias escolhas éticas ao lidar com os dados gerados e os desdobramentos de suas observações. Em segundo lugar, chama atenção o fato de o etnógrafo, ao pesquisar o outro, também estar envolvido na pesquisa de si próprio, constituindo, assim, um exemplo de *autoetnografia* (DUARTE; GOMES, 2008).

Destaco, ainda, a pesquisa de Costa (2007) e o efeito de *vertigem antropológica* experienciado pela etnógrafa no decorrer de seu trabalho de campo, quando da descoberta de que seu ponto de vista de nativa havia se modificado e convertido em um olhar de uma “estrangeira” ao local. Costa é natural de São João de Meriti, onde viveu até os 25 anos de idade. Tempos depois, regressa à Baixada Fluminense para gerar os dados de sua pesquisa de doutorado sobre músicos-professores da região. Em uma de suas incursões etnográficas,

Costa acompanha uma animadora cultural ao município de Nilópolis, onde se matricularia em uma escola de música. A pesquisadora descreve essa ida a Nilópolis como um “retorno” e, por meio de um exercício de memória típico de qualquer etnografia, descreve o encantamento e apreço que tinha pela cidade em questão quando, em sua adolescência, costumava frequentar a feira livre da cidade aos domingos. Costa, entretanto, descreve esse retorno como um “susto de Nilópolis” (COSTA, 2007, p.99): se, antes, a cidade era vista como um lugar bonito e aprazível de ser visitado, agora passa a ser compreendida como um local confuso, caótico, sujo, árido, feio. “Nilópolis mudou ou mudei eu?” (COSTA, 2007, p.98), pergunta-se a etnógrafa. A certeza de que encontraria a mesma Nilópolis de outrora, pretensamente garantida pela condição apriorística de “nativa” da Baixada Fluminense, foi abalada, gerando reflexões importantes acerca do quão imbricada estava a etnógrafa em seu próprio trabalho de campo. Costa vivencia um conflito de interpretações acerca daquele contexto que lhe era tão familiar e, durante o processo da pesquisa, percebe-se não mais uma “local”, mas uma “observadora externa”. Nas palavras de Costa (2007, p. 102), “tentando resolver as equações de empatia/distanciamento e identidade/alteridade, fui meu próprio laboratório”.

O contato com todos os trabalhos aqui mencionados leva-nos a refletir sobre dimensões importantes acerca do conceito de autoetnografia (brevemente mencionado no item anterior deste trabalho). Reed-Danahay (1997, p. 2) aponta que “o termo possui um duplo sentido – referindo-se tanto à etnografia do grupo ao qual pertence o pesquisador ou à escrita autobiográfica que possua um interesse etnográfico”. Marak (2015) sinaliza que, independente dos sentidos variados atribuídos ao termo por diferentes pesquisadores, a autoetnografia – entendida como método e como texto – reconhece a relação entre as experiências pessoais, as emoções e a subjetividade na escrita e interpretação da cultura. Ambos os autores destacam a proeminência que o termo vem assumindo na pesquisa contemporânea, especialmente com o aumento significativo de “nativos” tornando-se etnógrafos de sua própria cultura e conferindo à etnografia uma voz auto-reflexiva. O autoetnógrafo cruza as fronteiras das dicotomias consagradas pela antropologia colonial (MARAK, 2015), contribuindo, assim, para uma mudança de paradigma na produção do conhecimento, no qual a intersubjetividade e a inserção de outras vozes sejam o pressuposto básico da escrita etnográfica. Segundo Versiani⁶ (2002), o conceito de autoetnografia assume um caráter operacional e político se considerarmos, por exemplo, os trabalhos de pesquisadores advindos de grupos sociais minoritários. Esses textos etnográficos vêm refletindo questões históricas e identitárias, das quais as categorias e dicotomias predominantes na tradição de pesquisa não dão conta. Faz-se necessária, assim, a emergência de epistemes plurais que reconheçam as experiências pessoais como modo relevante de produção de conhecimento e de ganho em termos de reflexividade. Nas palavras de Versiani (2002, p. 71),

“...se os pesquisadores da cultura perderam sua ‘autoridade’ na descrição dos outros, adquiriram hoje, acredito eu, o papel social de contribuir para a produção de saberes plurais, na construção de uma episteme de negociação de diferentes visões de mundo. Isso sem dúvida exige disposição para substituir construções teóricas dicotômicas e excludentes por construções teóricas mais complexas, que não repitam os processos mentais que construíram as antigas hegemonias.”

À luz da reflexão empreendida aqui acerca da observação participante – em especial a de caráter autoetnográfico –, passo a descrever, a seguir, o desenvolvimento

⁶ Agradeço a Katia Regina da Costa Santos pela recomendação de leitura do trabalho em questão.
VEREDAS ONLINE – TEMÁTICA – 1/2018 – PPG LINGUÍSTICA/UFJF – JUIZ DE FORA – ISSN: 1982-2243

da minha pesquisa de doutorado, na qual se tornou tácita a imbricação entre o campo, a etnógrafa-nativa e a pesquisa em si.

3. Educação e ascensão social em performances narrativas de alunos do CEFET/RJ (UnED Nova Iguaçu): a geração de dados

Considero que o início da geração dos dados da minha pesquisa de doutorado deu-se bem antes de minha entrada oficial no trabalho de campo, lá pelos idos de 2004. Este foi o ano em que ingressei na UnED de Nova Iguaçu do CEFET/RJ, após ter sido aprovada no concurso público para o cargo de professor efetivo de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Fiz parte do corpo docente da instituição desde o início de suas atividades pedagógicas até 2010, e isso, em alguma medida, me conferia um *status* de “pioneira”. Os professores e funcionários que estão lá desde a época de inauguração da escola já ocupam uma espécie de posto de “antiguidade”, o que lhes fornece certa autoridade para falar sobre a/pela instituição. Desde então, muitas pessoas por lá já circularam, muitas rotas de vida foram alteradas por essa passagem, muitos episódios já foram vividos e narrados. Sinto-me, ainda hoje, particularmente confortável e motivada para compreender melhor a instituição, bem como as redes de significados, valores e categorias sociais nela construídos. Em outras palavras, considero-me em permanente estado etnográfico (DUARTE; GOMES, 2008) e em uma posição privilegiada para narrar essa instituição. Além disso, somam-se outros aspectos, desta vez referentes à minha própria trajetória de vida. Nasci e fui criada em São João de Meriti, um dos municípios da Baixada Fluminense, e lá residi até 2010. A casa onde fui criada ainda existe e nela vivem os meus familiares até hoje. Sou de uma família de migrantes nordestinos e nortistas na qual sempre vigorou o *ethos* de ascensão social por meio da educação escolarizada. Assim, considero-me duplamente nativa, ou seja, detentora de um ponto de vista “interno” relativo tanto à unidade de ensino onde os dados foram gerados quanto à região sócio-geográfica em que está situada. Nesse caso, poder-se-ia, inclusive, dizer que minha observação participante antecede a minha entrada na UnED de Nova Iguaçu e que, ao longo da pesquisa, ocupei uma identidade dupla (REED-DANAHAY, 1997) no empreendimento autoetnográfico.

Minha entrada oficial no campo de pesquisa (leia-se: munida de gravador de voz e habilitada a fazer notas de campo) ocorreu na primeira semana de junho de 2009. Por orientação do diretor da escola, submeti minhas intenções investigativas à avaliação institucional e cadastrei-as sob forma de projeto de pesquisa⁷ na Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET)⁸ do CEFET/RJ. Só então é que pude gravar dados de interações orais em áudio no espaço institucional. De início, na tentativa de mapear os significados e crenças que pudessem emergir nas interações dentro da escola, passei a gravar dados em áudio em contextos bem variados. Fosse em reuniões de professores, em conversas informais espontâneas, em entrevistas, acreditava eu que se fazia necessário gravar o máximo de interações que estivessem ao meu alcance. Hoje, procuro rever crítica e retrospectivamente essa espécie de “caça aos dados” na qual me embrenhei nesse início de pesquisa. Era como se

⁷ Cadastro de projeto de pesquisa n°. 257 (disponível em: <http://dippg.cefet-rj.br>).

⁸ A Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET) objetiva incentivar a realização de atividades de pesquisa científica e tecnológica no CEFET/RJ, através da orientação e avaliação das propostas de projeto de pesquisa apresentadas pelos docentes da instituição. Além disso, a COPET gerencia as atividades de Iniciação Científica (IC), com a oferta de bolsas financiadas pelo CNPq ou pelo próprio CEFET/RJ. (fonte: <http://www.cefet-rj.br>)

eu estivesse tateando objetos aleatórios em plena escuridão, na busca (quase insana) de uma chave preciosa que me daria acesso ao mais valioso tesouro (no caso, a resposta às minhas questões de pesquisa). Perdida nesse breu de informações que, até então, pouco me diziam, obviamente precisei estabelecer um recorte investigativo. Reconheci ser mera ilusão do pesquisador querer explorar absolutamente todos os aspectos de um determinado assunto – até porque essa noção de totalidade é simples abstração.

Com o andamento da pesquisa (e a conseqüente mudança de rumo no estudo), algumas gravações foram descartadas e outras foram convertidas em notas etnográficas. Hoje, felizmente, não vejo isso como um problema metodológico. Compreendo esse movimento de idas e vindas como parte do processo de investigação, que envolve escolhas próprias do pesquisador e o confronto de interpretações (nem sempre harmoniosas). No percurso de uma investigação sobre a vida social, por vezes o pesquisador pode perceber que tantas teorias e métodos concebidos a priori podem não auxiliar muito face às situações e aos achados que emergem no próprio fazer investigativo. Ir e vir, avançar e recuar, são movimentos importantes até mesmo para desestabilizar crenças prévias e ambições impraticáveis do pesquisador.

“Embora as questões metodológicas da pesquisa de campo, do domínio prévio dos instrumentos utilizados, das formas de abordagem e diálogos sejam fundamentais para o trabalho do pesquisador, este não deve sentir-se protegido e seguro suficientemente a ponto de acreditar que todo o processo será coberto de êxito e sucesso. (...) Ir a campo munido das várias teorias ou de uma em particular é importante tal qual uma lanterna numa noite escura. Mas, assim como a teoria, a lanterna não serve como arma para todas as situações inovadoras e desconhecidas que o escuro pode nos reservar, além de iluminar apenas uma pequena parte do todo que é a escuridão. Teorias e métodos são somente focos luminosos que podem nos guiar na escuridão do desconhecido. O desvendamento e a descoberta das distintas formas de lidar e interpretar a posteriori com o desconhecido à luz dos referenciais teóricos colocam-se como desafio prazeroso para o desenvolvimento do trabalho do pesquisador” (MARTINS, 2010, p. 63-64).

Decidi estabelecer um recorte analítico que privilegiasse, então, aquele segmento que, a meu ver, constitui a alma de qualquer instituição de ensino: os alunos. Em outras palavras, reconheci nas narrativas dos discentes da instituição um lócus privilegiado para se reconhecer a tessitura de imagens de si e valores associados ao *ethos* de ascensão social via escolarização. É nesse sentido que a análise de dados do estudo focalizou dados oriundos de entrevistas orais gravadas em áudio com alunos da UnED de Nova Iguaçu do CEFET/RJ. Na ocasião, contei com um acervo de duas entrevistas em grupo e seis entrevistas individuais, totalizando, aproximadamente, quatro horas de gravação.

Considero que minha pesquisa de doutorado envolveu mais que a análise do discurso narrativo *per se*, uma vez que almejava elaborar uma descrição densa (GEERTZ, 1989) do contexto em investigação – daí a relevância de todo processo de observação participante no meu estudo. Assim é que atribuo alto grau de importância àqueles dados que estão fora do gravador, tão legítimos quanto os registrados em áudio. Foram elaborados diários de pesquisa e notas de campo – algumas delas, inclusive, retrospectivas (referentes ao período antecedente à autorização formal para a entrada em campo). Além disso, busquei outras fontes enunciativas de narrativas, tais como fotos, atas, resoluções institucionais, etc. Nesse empreendimento, procurei (re)construir informações que pudessem, de alguma maneira, contribuir para o estudo sistemático desse contexto de pesquisa e meios diversos que me fornecessem acesso aos atributos e crenças socialmente valorizados nesse ambiente.

Permanentemente, procurava me engajar em um processo de auto-consciência acerca dos riscos e limitações da observação participante feita por uma nativa. Quando o olhar do pesquisador-nativo está engessado por hábitos e visões estereotipadas de sua sociedade, a situação de familiaridade na observação participante pode ser um elemento complicador. É nesse sentido que procurei desenvolver um olhar atento para compreender a vida social da UnED de Nova Iguaçu do CEFET/RJ e da Baixada Fluminense, locais tão conhecidos e estimados por mim, sem incorrer sobre visões naturalizadas sobre seus atores sociais e suas formas de interação. Não pretendia alcançar uma pretensa neutralidade científica, mas perceber o ato da pesquisa enquanto objetividade relativa (VELHO, 2008 [1981]). No caso do meu estudo específico, a minha condição de pesquisadora-nativa me proporcionou transitar por contextos e situações bastante ricas, no sentido de se tecer um retrato complexo (embora jamais completo) da instituição. O gravador jamais foi motivo de desconfiança ou temor, mesmo quando os assuntos mais sigilosos e passíveis de constrangimento vinham à tona. A pesquisa foi recebida, desde o início, com grande aceitação e simpatia por parte dos diversos setores da instituição. A minha interpretação para tamanha aceitação é a mesma a que chegou Whyte, quando da revisão de sua estada em Cornerville: “Descobri que minha aceitação no distrito dependia das relações pessoais que desenvolvi, muito mais que de qualquer explicação que pudesse dar” (WHYTE, 2005 [1943], p. 301). Como já mencionado, fiz parte do primeiro grupo de professores da UnED, encontrando-me, portanto, em permanente estado etnográfico (Duarte e Gomes, 2008) desde então. Durante o biênio 2007-2008, fui coordenadora do Ensino Médio na escola, o que me proporcionou um conhecimento da instituição a partir de um ângulo diferente, bem como a consolidação de redes sociais de solidariedade com diversos segmentos do CEFET/RJ (inclusive na unidade sede, localizada no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro). Tenho consciência da condição privilegiada de ser pesquisadora-nativa e dos ganhos que isso pôde proporcionar para o meu estudo justamente porque as redes pessoais desenvolvidas e os trânsitos se deram em um contexto de cooperação – por parte de alunos e professores, bem como do corpo diretivo da instituição.

O que significaria realizar um *trabalho de campo* em meu próprio *campo de trabalho*? Como e por que estudar, com pretensões científico-acadêmicas, um mundo que me é tão familiar? Que tipos de distanciamento ou cuidados ser-me-iam necessários? Todas essas são questões para as quais talvez não haja uma resposta muito satisfatória. Provisoriamente (assim como o caráter sempre parcial de qualquer estudo sobre a vida em sociedade), posso respondê-las dizendo que a decisão de estudar o meu próprio ambiente de trabalho significa, de algum modo, engajar-me na reconstrução da memória da instituição e, conseqüentemente, colocar “ênfase na invenção de um futuro a conquistar” (DUARTE; GOMES, 2008, p. 53). Soma-se a isso a possibilidade de uma auto-descoberta: investigar a instituição e sua localidade é, ao mesmo tempo, uma tentativa de juntar os fios tecidos na minha trajetória profissional e pessoal. Tal qual a leitura do manuscrito desbotado e elíptico de Geertz (1989), a etnografia da minha escola e da minha Baixada é, também, a etnografia de mim mesma.

Em janeiro de 2010, fui convidada para coordenar os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do CEFET/RJ e isso acarretou a minha transferência para a Unidade Maracanã. Desde então, não mais atuo como docente na UnED de Nova Iguaçu, porém não considero que esse distanciamento espacial tenha afetado negativamente minha pesquisa, tendo em vista que os dados foram gerados durante o período em que eu ainda estava lotada da UnED. Obviamente, o olhar à distância que lanço agora sobre essa unidade de ensino confere uma outra dimensão analítica para o estudo, sobretudo em relação a mim mesma e ao meu duplo papel de pesquisadora e nativa do contexto de pesquisa em questão.

4. Considerações finais: aliando a observação participante aos Estudos da Linguagem

Durante o desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado, busquei estabelecer uma interface entre a pesquisa social (tomando como principal referência a Antropologia das Sociedades Complexas) e os Estudos da Linguagem de orientação sócio-interacional. Trata-se de uma tentativa de preencher lacunas deixadas em pesquisas desses dois ramos do saber, procurando conciliar dois aspectos: a observação e a descrição sistemática da vida social em estudo, e o olhar atento para a materialidade discursiva. De um lado, antropólogos são criticados por afirmarem interpretar questões da vida em sociedade a partir do discurso dos nativos, quando acabam privilegiando uma análise de conteúdo, sem olhar para o fenômeno discursivo propriamente dito. Do outro lado, linguistas esmeram-se no estudo cuidadoso e detalhado de recorrências e padrões linguísticos, de cada passo da interação verbal, de cada pista que sirva à contextualização da conversa, porém se esquecem, muitas vezes, de considerar a vida social que circunscreve seu objeto de análise. Crendo ser possível unir esses dois caminhos analíticos, elenquei duas dimensões importantes para o meu estudo específico: a) a descrição densa (GEERTZ, 1989) do contexto em investigação, com o auxílio de métodos etnográficos de pesquisa (em especial, a observação participante); b) a análise das narrativas dos atores sociais desse contexto, consideradas como *locus* privilegiado para a construção de *selves* e dos valores da localidade.

A análise de dados focalizou narrativas extraídas de interações orais, entre mim e os alunos da UnED de Nova Iguaçu do CEFET/RJ, ocorridas em situação de entrevista. Estes não foram, entretanto, os únicos dados de minha pesquisa. Em nenhum momento, o trabalho etnográfico foi deixado de lado e, sempre que necessário, foram recuperadas notas elaboradas no campo para uma melhor compreensão dos significados construídos nesse contexto. As entrevistas são compreendidas, aqui, “como eventos ou atividades de fala e como discurso co-construído” (MISHLER, 1986, p.66) e sua adoção é justificada por constituírem um espaço rico para a construção de narrativas. A pesquisa apontou para a centralidade das narrativas e para a importância de se ouvir e estudar as histórias dos atores sociais. Uma vez que fazemos sentido do que somos e do mundo em nossa volta por meio de padrões narrativos, a análise de tais padrões pode nos fornecer acesso ao modo como as pessoas se localizam no mundo da cultura, negociam e reivindicam pertencimentos identitários e evocam valores de sua sociedade. Entrevistar pessoas em um dado contexto de pesquisa, ouvir suas histórias e privilegiar conceitos construídos nativamente correspondem a práticas já tradicionais no fazer antropológico. A diferença, no meu trabalho de doutorado, incide no olhar sistemático para a organização discursiva das narrativas emergentes em situação de entrevista. Nesse sentido é que localizo na análise da organização da narrativa e de seus dispositivos avaliativos (LABOV, 1972; BAUMAN, 1986; RIESSMAN, 1993) um caminho possível para se observar o modo como os alunos participantes das entrevistas querem ser vistos por seus interlocutores e, conseqüentemente, como essas imagens de si reverberam conceitos valorizados culturalmente acerca da educação formal como forma de ascensão social.

O presente artigo procurou levantar questionamentos de ordem teórico-metodológica que, sem dúvida, contribuirão para uma reflexão mais abrangente acerca do multifacetado fenômeno da construção de identidades por meio de padrões narrativos. O contato com Antropologia Social fez-me deparar com uma literatura rica sobre temáticas que em muito dialogam com a minha pesquisa: a sociedade complexa moderno-contemporânea, a questão do multipertencimento identitário, a noção de cultura como redes de significados, a etnografia como relato incompleto, a observação participante e suas implicações, além da noção de autoetnografia. Entretanto, considero que uma importante contribuição dessa travessia pelos

mares da Antropologia das Sociedades Complexas para o meu estudo diz respeito a uma reflexão sobre o meu próprio agir como pesquisadora/nativa na/da UnED de Nova Iguaçu do CEFET/RJ. Investigar um contexto social tão familiar ao pesquisador pode parecer cômodo para alguns (dada às facilidades de já se conviver com as rotinas interacionais do ambiente estudado), ou perigoso para outros (visto que poderia comprometer a “cientificidade” da pesquisa). Fundamental é, em primeiro lugar, que o pesquisador possa justificar suas escolhas teóricas e metodológicas; só assim ele saberá dizer se a familiaridade com o ambiente social investigado será um dado favorável ou prejudicial.

No que tange ao debate em torno do caráter autoetnográfico da pesquisa, destaco alguns ganhos epistemológicos para a pesquisa social, bem como para os Estudos da Linguagem. Primeiramente, a noção de autoetnografia sugere uma ruptura com as polarizações tradicionais eu *vs.* outro, sujeito *vs.* objeto, individual *vs.* coletivo, favorecendo a uma escrita etnográfica dialógica, polifônica, em que “o antropólogo passa a falar *com* o outro” (VERSIANI, 2002, p. 67). Em segundo lugar, o conceito de autoetnografia “afeta necessariamente não só o modo como tratamos as histórias que os sujeitos etnográficos nos contam, mas também como contamos nossas histórias etnográficas sobre essas histórias e seus personagens-pessoas” (GONÇALVES *et al.*, 2012, p. 10). Por fim, a descoberta de que o investimento etnográfico diz muito acerca do próprio etnógrafo pode iluminar reflexões acerca da sociedade estudada em nível macro. Em outras palavras, a etnografia de si e a incorporação de elementos biográficos na geração e na interpretação dos dados podem ampliar o escopo de análise acerca da cultura e do mundo social investigados.

Gostaria de, nesse momento, retomar a epígrafe que abre este artigo: “Eu amo muito essa escola, eu não vou aguentar, eu vou me meter”. O contato com as discussões teóricas e metodológicas sobre interpretativismo, etnografia e autoetnografia levou-me a reconhecer o forte vínculo afetivo entre mim e a instituição escolar pesquisada. Costumo dizer que, desde que ingressei nessa instituição como docente, realizo o tipo de trabalho pedagógico com que sempre sonhei. O relacionamento entre corpo docente e discente combina elementos de amizade e respeito. Quando os noticiários mostram o estado de degradação e violência que afeta as escolas públicas no Brasil, felizmente não me identifico com esse quadro devastador. Para não correr o risco de concluir esse trabalho de maneira piegas, creio ser pertinente problematizar os sentidos em torno do *querer se meter*. A decisão de estudar o meu próprio ambiente de trabalho significa, como já dito antes, colocar “ênfase na invenção de um futuro a conquistar” (DUARTE; GOMES, 2008, p. 53) e reconhecer o papel político das pesquisas que empreendemos no campo dos Estudos da Linguagem. No trânsito entre o distanciamento e a familiaridade, o *trabalho de campo* em seu próprio *campo de trabalho* corresponde à tessitura de uma espécie de auto-retrato, um processo de auto-descoberta embebida de familiaridade (DUARTE; GOMES, 2008), uma etnografia que conduz a entendimentos sobre os significados de ser pesquisadora-nativa, de ser etnógrafa de si mesma.

Language studies in a permanent ethnographic state: notes about participant observation of a native researcher who wants to “meddle in”

ABSTRACT: The present paper aims at approaching aspects about ethnography (Geertz, 1989) and participant observation (DUARTE; GOMES, 2008; VELHO, 2008 [1981]; WHYTE, 2005 [1943]) as significant modes of producing knowledge about social life in the field of language studies. Based on the study conducted during my doctoral research (OLIVEIRA, 2012), I point out the advantages and limits of the kind of ethnography taken, considering the fact that I was native to the context being researched. In the traffic of familiarity and strangeness,

I see myself in a permanent ethnographic state and, as a native researcher, I also live a process of self-discovery and of autoethnography.

Keywords: interpretativism; participant observation; native researcher; autoethnography

Referências

BAUMAN, R. *Story, performance and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1963].

BIAR, L. A. “*Realmente as autoridades veio a me transformar nisso*”: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, S. R. S. Vertigem em Nilópolis: a antropóloga e o espelho. In: VELHO, G. (Org.) *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2007.

DUARTE, L. F. D.; GOMES, E. C. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, M. A; MARQUES, R. E CARDOSO, V. Z. *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7letras, 2012.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: _____. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARAK, Q. Writing the ‘self’: introducing autoethnography. *Man in India*, v. 95, n. 1, p. 1-10, 2015.

MARTINS, C. H. S. *Memória de jovens: diálogos intergeracionais na cultura do charme*. Tese (Doutorado em Educação). 2010. Universidade Federal Fluminense, 2010.

MISHLER, E. G. *Research interviewing. Context and narrative*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MOITA LOPES, L. P. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a Linguagem como Condição e Solução. *D.E.L.T.A.*, v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994.

_____. *Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

O'DONNELL, J. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

OLIVEIRA, T. *Educação e ascensão social: performances narrativas de alunos da rede pública federal na Baixada Fluminense*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

REED-DANAHAY, D. E. (Ed.) *Auto/Ethnography: rewriting the self and the social*. Oxford and New York: Berg Publishers, 1997.

RIESSMAN, C. K. *Narrative analysis*. Newbury Park: Sage, 1993.

SIMMEL, G. [1903] As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana: estudos de Antropologia Social*, v. 11, n. 2, p. 577-592, out. 2005.

_____. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VELHO, G. [1981] *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade complexa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 57-72, dez. 2002.

WHYTE, W. F. [1943] *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WINKIN, Y. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. São Paulo: Papirus, 1998.

Data de envio: 01/08/2017

Data de aceite: 20/07/2018

Data da publicação: 15/08/2018